

PERFIL DAS AÇÕES DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO- BRASILEIRA (UNILAB) ENTRE 2014 E 2022

Eduardo Gomes Machado
eduardomachado@unilab.edu.br

Ricardo César Carvalho Nascimento
ricardonascimento@unilab.edu.br

Maria Valdelia Carlos Chagas de Freitas
valdelia@aluno.unilab.edu.br

Geyse Anne Souza da Silva
geyseannedasilva@gmail.com

Moisés Tavares Cá
moisesinditavares@gmail.com

RESUMO

Apresentamos, neste trabalho, o perfil das ações de extensão desenvolvidas na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Analisamos dados qualitativos e quantitativos disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura (PROEX) da instituição, através de dois documentos publicados em 2021 e 2022. Para tanto, pontuamos parâmetros e referências importantes para a extensão no Brasil, situando a análise em uma compreensão da relevância acadêmica e social, das potencialidades e dos desafios vivenciados pela extensão nas instituições de educação superior brasileiras, no contexto atual. Em seguida, apontamos e examinamos as ações de extensão, considerando áreas temáticas, ações cadastradas e executadas, vínculos com unidades acadêmicas, relações com agentes da sociedade civil e política e com os objetivos do desenvolvimento sustentável, formas de registro e de avaliação e demandas indicadas pelos projetos. Para finalizar, demonstramos os principais resultados sintético-analíticos gerados.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão. Universidade. Educação superior.

PROFILE OF SCIENCE OUTREACH ACTIONS AT THE UNIVERSITY FOR INTERNATIONAL INTEGRATION OF THE AFRO-BRAZILIAN LUSOPHONY (UNILAB) BETWEEN 2014 AND 2022

ABSTRACT

In this study, we present the profile of science outreach actions conducted at the University for International Integration of the Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB). We analyzed qualitative and

quantitative data sourced from the Pro-Rectorate for Science Outreach, Arts and Cultures of the institution, based on two documents published in 2021 and 2022. Thus, we explore key parameters and references essential to science outreach in Brazil, situating the analysis within the current context of Brazilian higher education institutions, focusing on their academic and social relevance, as well as potentials and challenges encountered. We then identified and analyzed science outreach actions, taking into consideration thematic areas, registered and carried out actions, collaborations with academic units, engagements with civil and political agents, alignment with sustainable development objectives, methods of registration and assessment and project-specific needs. Finally, we present the main synthetic-analytical results derived from this investigation.

KEYWORDS: Science outreach. University. Higher Education.

EL PERFIL DE LAS ACCIONES DE EXTENSIÓN EN LA UNIVERSIDAD DE LA INTEGRACIÓN INTERNACIONAL DE LA LUSOFONÍA AFROBRASILEÑA (UNILAB) ENTRE 2014 Y 2022

RESUMEN

En este trabajo presentamos el perfil de las acciones de extensión desarrolladas en la Universidad de la Integración Internacional de la Lusofonía Afrobrasileña (UNILAB). Analizamos datos cualitativos y cuantitativos informados por el Prorectorado de Extensión, Arte y Cultura (PROEX) de la institución, a través de dos documentos publicados en 2021 y 2022. Para tanto, definimos parámetros y referencias importantes para la extensión en Brasil, situando el análisis en una comprensión de la relevancia académica y social, de las potencialidades y de los desafíos vividos por la extensión en las instituciones de educación superior brasileñas en el contexto actual. Luego, presentamos y analizamos las acciones de extensión, considerando áreas temáticas, acciones registradas y ejecutadas, vínculos con unidades académicas, relaciones con agentes de la sociedad civil y política y con los objetivos del desarrollo sostenible, formas de registro y de evaluación, y demandas indicadas por los proyectos. Para finalizar, presentamos los principales resultados sintéticos y analíticos generados.

PALABRAS CLAVE: Extensión. Universidad. Educación superior.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um perfil das ações de extensão da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), considerando-se o período entre 2014 e 2022. Apesar da implantação da Universidade a partir de 2011, somente nos anos de 2014 e 2015 iniciam-se ações de extensão apoiadas pela instituição, através do Programa de Bolsa de Extensão, Arte e Cultura (PIBEAC).

A UNILAB foi criada em 2010 e implantada a partir de 2011, com campi no Ceará, na Região do Maciço de Baturité, próxima à Região Metropolitana de Fortaleza, e na Bahia, na Região do Recôncavo Baiano, próxima à Região Metropolitana de Salvador. A UNILAB é uma universidade federal interiorizada, internacionalizada, marcada pela inter-historicidade e pela

multiculturalidade, com 4.573 discentes de graduação, em 24 cursos, e 314 de pós-graduação, em seis cursos, originários de oito países. Aproximadamente 25% dos estudantes de graduação são advindos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Ao mesmo tempo, a UNILAB tem 377 docentes, originários de 21 países, sendo a maioria composta por brasileiros, e 341 técnicos-administrativos em educação, todos brasileiros e advindos de 15 estados do país.

A análise é situada no campo da extensão no Brasil, destacando-se referências, questões e vetores significativos, os quais condicionam as ações de extensão e evidenciam os desafios e as potencialidades atualmente vivenciados pelos grupos, instituições e equipes extensionistas no país. Apresentamos e analisamos ações cadastradas e executadas, áreas temáticas, vínculos com unidades acadêmicas, relações com agentes da sociedade civil e política e com os objetivos do desenvolvimento sustentável, formas de registro e de avaliação e demandas indicadas pelos projetos.

1.1 A EXTENSÃO ACADÊMICA NO BRASIL

No Brasil, o fortalecimento acadêmico da extensão nas instituições de educação superior tem episódios e momentos significativos, associados à atuação de variados agentes. Nesse sentido, cabe destacar o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), criado em novembro de 1987, sendo

[...] uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometida com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia (RENEX, 2016).

O FORPROEX teve um papel importante na constitucionalização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, afirmado no Art. 207 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988): “As universidades gozam de autonomia didático- científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Em 2010, o FORPROEX aprovou o seu Regimento, consolidando seus objetivos, no Art. 3º (FORPROEX, 2010):

- I. Propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das Pró-Reitorias de Extensão e órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras;
- II. Manter articulação permanente com representações dos Dirigentes de Instituições de Educação Superior, visando encaminhamento das questões referentes às proposições do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas

Brasi-leiras;

III. Manter articulação permanente com os demais Fóruns de Pró-Reitores, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem à real integração da prática acadêmica;

IV. Manter articulação permanente com instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos, com vistas à constante ampliação da inserção social das Universidades Públicas;

V. Incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pelas Instituições de Ensino Superior Públicas Brasi-leiras (FORPROEX, 2010).

Aos poucos, o FORPROEX tornou-se um agente essencial ao fortalecimento da extensão no país, fomentando a instauração e o desenvolvimento de concepções, parâmetros, intencionalidades e referências legais e normativas.

Através da Lei Nº 13005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano nacional de Educação (PNE), se decidiu “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. Trata-se do que se torna conhecido como curricularização da extensão.

Em 2018, foi aprovada a Resolução CNE/CES n. 7/2018 (MEC, 2018a), que define aspectos importantes para as diretrizes da extensão no país: a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade; a formação cidadã dos estudantes; a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade; a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico; a contribuição na formação integral do estudante; o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando-se e promovendo-se a interculturalidade; a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas — em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho —, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena; a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa; o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira; o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação; a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável, na realidade brasileira.

Ao mesmo tempo, a Resolução CNE/CES n. 7/2018 (MEC, 2018a) consolidou a

curricularização da extensão, essencial à universalização da extensão enquanto efetivo vetor acadêmico presente em todos os cursos de graduação, atingindo todos os estudantes. Nesse sentido, o Art. 8º, no Inciso I, vincula a avaliação externa in loco institucional e de cursos à

[...] previsão institucional e [a]o cumprimento de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação para as atividades de extensão tipificadas no Art. 8º desta Resolução, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos (MEC, 2018a, n.p.).

Assim, vivenciamos atualmente o momento de consolidação da curricularização da extensão, entendendo-a como grande desafio e, ao mesmo tempo, oportunidade de valorização e reposicionamento acadêmico da extensão na educação superior, em sua indissociabilidade com o ensino e a pesquisa.

Também cabe a referência ao contexto de expansão da educação superior no país, entre 2003 e 2016, e com potencial ampliação dessa expansão a partir de 2024. Compõe esse contexto a instauração dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, em 2008, no Brasil, incorporando a extensão ao cotidiano institucional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Essa rede é formada, atualmente, “por 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II”, com “661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país” (MEC, 2018b, n.p.). Para ilustrar a capilaridade dessa rede, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) possui atualmente 34 unidades acadêmicas em municípios cearenses (IFCE, 2022), o que revela uma ampla interiorização, marcada por importante descentralização e correspondentes impactos regionais e locais.

Assim, novas gerações extensionistas incorporam-se ao cotidiano de universidades, faculdades, centros universitários e institutos federais, compondo os grupos e equipes extensionistas em atuação. Essa expansão, democratizando o acesso à educação superior, envolve uma dinâmica de interiorização significativa, incorporando novas gerações de discentes e servidores, revelando um quadro denso, complexo, potente e marcado pela diversidade, onde se situam as ações extensionistas. Nesse sentido, cabe destacar a Lei Nº 12.711 (Brasil, 2012), que teve papel fundamental na mudança de perfil extensionista, com a inserção da juventude negra e pobre nas universidades, evidenciando a importância do fortalecimento de programas, editais e bolsas de pesquisa e extensão e dos recursos para a assistência estudantil.

Nesse contexto, iniciativas inovadoras vêm ocorrendo. Alguns campos disciplinares vêm

abrindo espaço para a extensão, com atenção ao fortalecimento e riqueza dessa atividade, através, por exemplo, de encontros sistemáticos de áreas e entidades, de mesas-redondas e sessões temáticas em eventos e da aplicação de prêmios acadêmicos. Ao mesmo tempo, algumas agências de fomento à ciência e à tecnologia estaduais, bem como prefeituras e câmaras municipais, começam a valorizar a extensão, assumindo, também, a responsabilidade de financiá-la, por meio de editais e outras iniciativas de fomento. Isso abre espaço para uma extensão ainda mais contextualizada, atuante em múltiplas escalas físico-geográficas e focada no enfrentamento pragmático de questões e problemas sociais concretos, potencialmente afetando ainda mais os sistemas e as políticas públicas no país — saúde, educação, arte e cultura, assistência social, emprego e renda, urbanismo, dentre outras.

2 METODOLOGIA

Somos extensionistas em atuação na UNILAB desde 2015, desenvolvendo variadas ações, dentre projetos, cursos, eventos e prestação de serviços. Também efetivamos ações de pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico, articuladas à extensão, em parceria com órgãos governamentais e agentes popular-comunitários. Além disso, alguns coautores também ocuparam cargos de gestão na área da extensão, arte e cultura.

Considerando essas questões, as estratégias metodológicas para gerar este trabalho envolvem, portanto, dois vetores. Primeiro, a imersão no campo da extensão acadêmica a partir de uma universidade federal interiorizada e internacionalizada, considerando estudos e reflexões epistemológicas e teórico-empíricas, e variadas vezes em articulação e parceria com outros agentes acadêmicos, inclusive de outras instituições, e com agentes da sociedade civil e da sociedade política. Segundo, a análise de dados institucionais, tendo como principais fontes os dados sistematizados em dois documentos institucionais, elaborados pela Coordenação de Extensão e Assuntos Comunitários da Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura (PROEX) da UNILAB, publicados entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022: a Cartografia Temática da Extensão na UNILAB; e o Relatório de Acompanhamento de Projetos de Extensão 2021 da UNILAB: Editais PIBEAC 2021 e Temático COVID-19. Também foi pontualmente consultado o documento institucional Cartografia da Curricularização da Extensão da Unilab, publicado no mesmo período.

Através da Cartografia Temática, a Coordenação de Extensão e Assuntos Comunitários efetuou um levantamento temático dos Projetos executados entre 2014 e 2020 e dos projetos em execução em 2021, vinculados ao Programa de Bolsas de Extensão, Arte e Cultura - PIBEAC e ao Edital Temático Covid-19.

Quanto ao Relatório de Acompanhamento de Projetos de Extensão 2021, o objetivo institucional imediato foi o de efetuar, em um contexto de pandemia da Covid-19, o acompanhamento dos projetos em execução no ano e, por isso, também não foram consultadas equipes de projetos de anos anteriores. O Relatório foi gerado a partir de questionário respondido pelas coordenações/equipes dos projetos de extensão, considerando as percepções, sentimentos, expectativas e motivações desses agentes.

Apesar de ficar evidente a natureza quantitativa do trabalho, é importante salientar que também nos pautamos por aspectos qualitativos que respondem “a questões muito particulares”, visto que a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e atitudes” (Minayo, 2002, p. 21).

O questionário se estruturou nas seguintes seções: Apresentação do Formulário, Dados e Execução dos Projetos, Articulações e Demandas dos Projetos e Curricularização da Extensão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 AÇÕES CADASTRADAS POR ANO E POR ESTADO

A Tabela 1 indica a evolução da quantidade de ações de extensão cadastradas entre 2014 e 2021 — agregando programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços —, de forma geral, e distinguindo Bahia e Ceará. Cabe indicar que a Resolução CNE/CES n. 7/2018 (MEC, 2018), que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, indica, em seu Art. 8º, que as atividades extensionistas se inserem nas seguintes modalidades: programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços.

Tabela 1 – Ações de extensão cadastradas por ano, geral, na Bahia e no Ceará

ANO	GERAL	BAHIA	CEARÁ
2014/2015	48	0	48
2015/2016	91	15	76
2016/2017	141	40	101
2018	154	50	104
2019	118	36	82
2020	126	36	90
2021	120	25	95

Total	798	202	596
--------------	-----	-----	-----

Fonte: Dados extraídos de UNILAB (2021a).

Entre 2014 e 2021, foram cadastradas 798 ações de extensão na UNILAB, sendo 74,7% no estado do Ceará e 25,3%, na Bahia. O auge quantitativo das ações ocorreu entre 2016 e 2018, tanto na Bahia como no Ceará, ocorrendo redução desde 2019. Mas, se no Ceará essa redução vem sendo revertida a cada ano, na Bahia a tendência de redução no contingente de ações de extensão tem continuidade nos anos mais recentes. Entendemos que, além da pandemia da COVID-19, a partir de 2020, outros fatores associam-se a essa redução.

Com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 55, aprovada no dia 16 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016a), tornando-se a Emenda Constitucional n. 95 (BRASIL, 2016b), os investimentos na educação pública foram afetados drasticamente, o que causou a diminuição gradual nos recursos repassados para as instituições federais.

Ao mesmo tempo, com dez anos de implantação da Universidade, evidencia-se a não priorização de extensão e da arte e cultura na UNILAB, inexistindo orçamentos e políticas institucionais minimamente adequados. Nesse sentido, não há estratégias de fomento e apoio às equipes e aos grupos de extensão e tampouco financiamento para capital e custeio, com a alocação orçamentária restringindo-se às bolsas de extensão, arte e cultura. Desse modo, é possível afirmar que não há ainda uma política para a extensão na instituição.

Também cabe indicar que há reduzida ou inexistente articulação com outras instituições de educação superior para ações conjuntas de extensão, revelando-se um contexto de isolamento institucional. E sequer há articulação com agências de fomento à ciência e à tecnologia, particularmente as estaduais, e com prefeituras e câmaras municipais — lembramos que a extensão, inclusive, faz pesquisa, produz e difunde conhecimento científico, inovação e tecnologia.

Por fim, cabe destacar que, no caso do Campus dos Malês (fora da sede, na Bahia), há muitas narrativas da comunidade acadêmica indicando a necessidade de uma maior atenção e cuidado, revelando uma grave fragilização estrutural e institucional. O sentimento geral da comunidade acadêmica é de ausência de apoio, para não falar em abandono.

Apesar desse contexto desafiador, faz-se bastante extensão na UNILAB, significativa e efetiva em suas ações e seus resultados, em decorrência do esforço da comunidade acadêmica e de parceiros das equipes e de grupos extensionistas.

3.2 AÇÕES EXECUTADAS EM 2021

Há uma diferença entre ações cadastradas e ações executadas. Algumas ações de extensão são cadastradas em um ano e seguem em execução no ano seguinte ou nos anos seguintes. Nesse sentido, se considerarmos as ações executadas em 2021, em vez das 120 ações cadastradas, identificamos 156 ações de extensão executadas, sendo 41 cursos ou eventos e 115 projetos. Essas ações atingiram um público de mais de 63 mil pessoas (63.142) (UNILAB, 2021a). Esse quantitativo revela a força das ações extensionistas, particularmente se levarmos em conta que 2021 foi um ano atípico, marcado pela pandemia da Covid-19, com extrema fragilização social, adoecimento e com ações de distanciamento e/ou isolamento, com a Universidade limitando ou não realizando atividades presenciais.

3.3 PROJETOS DE EXTENSÃO POR INSTITUTO E POR ÁREA TEMÁTICA

Se analisarmos os projetos de extensão apoiados pelos Editais Programa de Bolsas de Extensão, Arte e Cultura (PIBEAC) e Temático COVID, cadastrados em 2021, temos 90 projetos de extensão com bolsas de extensão, arte e cultura para estudantes de graduação da UNILAB. As tabelas seguintes (2, 3, 4, 5, 6 e 7) referem-se a esses projetos PIBEAC e Temático.

A Tabela 2 apresenta a distribuição dos projetos dos dois editais indicados anteriormente por áreas temáticas e por institutos, que são as unidades acadêmicas da UNILAB. Existem, atualmente, um instituto na Bahia, o Instituto de Humanidades e Letras (IHL), e sete no Ceará: Instituto de Ciências da Saúde (ICS), Instituto de Humanidades (IH), Instituto de Ciências Exatas e Naturais (ICEN), Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável (IEDS), Instituto de Linguagens e Literaturas (ILL), Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) e Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR).

As áreas temáticas são definidas na Resolução CNE/CES n. 07/2018 (MEC, 2018a), que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Elas estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior, com a promoção de iniciativas que “expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho” (MEC, 2018a, n.p.). Cabe indicar que as áreas temáticas são referendadas na Resolução n. 81/2021 CONSEPE UNILAB, “que dispõe sobre as normas das Atividades de Extensão Universitária e estabelece as diretrizes gerais que norteiam as Ações de Extensão” na instituição (UNILAB, 2021b, n.p.).

Assim, entendemos que as áreas temáticas evidenciam campos de atuação que permitem fazer confluir a atividade extensionista com a instituição. Considerando isso, a Coordenação de Extensão e Assuntos Comunitários da PROEX propôs, em 2021, o estabelecimento de “Programas Estratégicos de Extensão” na Universidade, com a agregação de ações e grupos por áreas temáticas. Entendia-se, então, que esses programas poderiam: fortalecer a articulação da Universidade com agentes estatais e civis; promover a integração das ações extensionistas aos sistemas e às políticas públicas; fundamentar a instauração de uma política de avaliação e gestão da extensão; construir estratégias de fomento e financiamento à extensão; estimular a curricularização da extensão; e efetivar dinâmicas mais eficientes de comunicação social, produção científica e formação em extensão.

Tabela 2 – Distribuição dos Projetos PIBEAC e Temático por instituto e por área temática

ÁREA TEMÁTICA	TOTAL	ICS	IH	IHL	ICEN	IDR	ILL	IEDS	ICSA
Saúde	30	29	0	0	0	1	0	0	0
Educação	28	1	8	5	9	2	2	1	0
Cultura	13	0	7	4	0	0	2	0	0
Tecnologia e Produção	6	0	0	0	1	2	0	3	0
Meio Ambiente	5	0	0	0	1	3	0	1	0
Comunicação	4	0	1	2	0	0	1	0	0
Direitos Humanos e Justiça	4	0	1	2	0	0	1	0	0
Total	90	30	17	13	11	8	6	5	0

Fonte: Dados extraídos de UNILAB (2021a).

É possível perceber que as três áreas temáticas com maior quantidade de projetos são a saúde, a educação e a cultura, agregando, juntas, 71 projetos, o correspondente a 78,8% do total. Desse modo, saúde, educação e cultura vinculam 30, 28 e 13 projetos, respectivamente, 33,3%, 31,1% e 14,4% do total.

As demais áreas temáticas — tecnologia e produção; meio ambiente; comunicação; e direitos humanos e justiça — detêm entre 6 e 4 projetos, o que corresponde a percentuais entre 6,6% e 4,4% do total, excetuada a área temática trabalho, que não apresentou projeto vinculado. Desse modo, apesar da concentração temática em três áreas, cabe considerar que outras quatro áreas temáticas possuem, cada uma, entre quatro e seis projetos em 2021, revelando-se, portanto, uma diversidade de atuação extensionista que também é relevante acadêmica e

socialmente.

Se analisarmos a distribuição dos projetos em cada área temática por unidade acadêmica, percebemos: (1) a concentração dos projetos de saúde no ICS, exceção feita a um projeto do IDR; (2) a concentração dos projetos de educação nos três institutos que possuem licenciaturas (IH, IHL e ICEN), com cursos de formação de professores, concentrando 75,9% dos projetos da área; (3) a concentração dos projetos da área temática de cultura em dois institutos (IH e IHL), com exceção feita a dois projetos do ILL; (4) a concentração da totalidade de projetos de duas áreas temáticas — tecnologia e produção e meio ambiente — em três institutos (ICEN, IDR e IEDS); (5) a concentração dos projetos da área de comunicação no IH, IHL e ILL; (6) edos projetos da área de direitos humanos e justiça, no IH, IHL e ILL.

Considerando a alocação de projetos por unidades acadêmicas, o Instituto de Ciências da Saúde (ICS) agrega 1/3 dos projetos, ou 33,3%; o Instituto de Humanidades (IH), 18,9%; e o Instituto de Humanidades e Letras (IHL, Bahia), 14,4%. Juntos, esses três institutos agregam, portanto, 2/3 dos projetos, ou 66,6% do total. Ademais, o Instituto de Ciências Exatas e Naturais (ICEN) possuía 11 projetos; o Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR), 8; o Instituto de Linguagens e Literaturas (ILL), 6; e o Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável (IEDS), 5 projetos.

Cabe indicar que o Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) não detinha projetos. A situação do ICSA é particularmente preocupante e requer uma discussão pública, ainda mais se considerarmos que o instituto detém como curso de graduação a Administração Pública. Esse curso é profundamente vinculado ao enfrentamento das demandas e necessidades sociais, com atuação dos egressos em planejamento, gestão, sistemas e políticas públicas em diferentes áreas setoriais — saúde, educação, urbanismo, arte, cultura, assistência social, meio ambiente, dentre outras. Cabe refletir, portanto, sobre como fomentar a extensão nesse instituto. É importante, além disso, indicar que foi recentemente criado, no ICSA, o curso de Serviço Social, também bastante atrelado ao enfrentamento da questão social, em suas múltiplas dimensões e escalas, o que potencialmente renova as oportunidades para dinamizar ações extensionistas nessa unidade acadêmica.

3.4 PROJETOS DE EXTENSÃO, DOCENTES E DISCENTES POR INSTITUTO

As Tabelas 3 e 4 também consideram os projetos aprovados nos editais PIBEAC e Temático COVID-19 de 2021. A Tabela 3 apresenta os contingentes e os percentuais de projetos de extensão, de docentes e de discentes de graduação presencial de cada instituto,

considerando-se como universo a UNILAB.

A Tabela 4 indica os contingentes de projetos e de docentes por instituto, apresentando, ademais, o percentual de docentes que coordenam projetos de extensão PIBEAC/Temático em cada unidade acadêmica.

Tabela 3 – Contingente e percentual de projetos, docentes e discentes em cada instituto da UNILAB

INSTITUTO	PROJETOS		DOCENTES		DISCENTES	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
ICS	30	33,3%	47	12,5%	438	9,6%
IH	17	18,9%	84	22,3%	1.058	23,1%
IHL	13	14,4%	91	24,1%	1.012	22,1%
ICEN	11	12,2%	39	10,3%	476	10,4%
IDR	8	8,9%	29	7,7%	308	6,7%
ILL	6	6,7%	34	9,0%	354	7,7%
IEDS	5	5,6%	34	9,0%	376	8,2%
ICSA	0	0,0%	19	5,0%	551	12%
Total	90		377		4.573	

Fonte: Dados extraídos de UNILAB (2021a).

Tabela 4 – Contingentes de projetos e de docentes e proporção projetos/docentes, por instituto e total

INSTITUTO	PROJETOS	DOCENTES	PROJETOS/DOCENTES
ICS	30	47	63,8%
IH	17	84	20,2%
IHL	13	91	14,3%
ICEN	11	39	28,2%
IDR	8	29	27,6%
ILL	6	34	17,6%
IEDS	5	34	14,7%
ICSA	0	19	0,0%
Total	90	377	23,9%

Fonte: Dados extraídos de UNILAB (2021a).

O ICS é o instituto que possui o maior percentual de projetos, com 33% do contingente total, enquanto detém 12,6% de docentes e 9,6% dos discentes da UNILAB. O IH e o IHL possuem, respectivamente: 18,9% e 14,4% dos projetos dos editais PIBEAC e Temático COVID-19 de 2021; 22,3% e 24,1% dos docentes; e 23,1% e 22,1% dos discentes da instituição. Assim, cabe destacar Malês, na Bahia, como a unidade acadêmica que possui o maior contingente de docentes, sendo, porém, somente a terceira em quantidade de projetos dos

referidos editais.

Além disso, a Tabela 4 permite perceber que o IHL é apenas o sétimo colocado, se considerarmos o percentual de docentes do instituto que coordenou projetos desses editais em 2021. Cabe avaliar os fatores históricos, estruturais, institucionais e conjunturais que levam a essa situação, com foco na percepção e análise feita pela própria comunidade acadêmica de Malês.

Três institutos detêm percentual de projetos cadastrados superior ao percentual de docentes e ao percentual de discentes da respectiva unidade acadêmica na instituição, sendo eles o ICS, o ICEN e o IDR, como evidencia a Tabela 3.

A Tabela 4 indica que 63,8% dos docentes do ICS coordenam projetos nos editais indicados, um percentual bem superior à própria média da UNILAB, de 23,9%. Em seguida, temos três institutos com percentual na faixa dos 20% de docentes coordenando projetos nesses editais: o ICEN, com 28,2%; o IDR, com 27,6%; e o IH, com 20,2%. Em seguida, ILL, IEDS e IHL detêm, respectivamente, 17,6%, 14,7% e 14,3%. E, por fim, o ICSA não registrou nenhum docente coordenando projeto de extensão nesse ano nos editais indicados.

3.5 PROJETOS E ARTICULAÇÕES COM AGENTES DA SOCIEDADE CIVIL E POLÍTICA

Entre o final de 2021 e o início de 2022, a PROEX disponibilizou virtualmente um formulário de acompanhamento dos projetos, solicitando o preenchimento aos coordenadores dos editais PIBEAC 2021 e Temático COVID-19, tendo recebido 81 respostas. Essa dinâmica de avaliação foi efetuada considerando-se o contexto pandêmico e as situações de isolamento e distanciamento social. Neste momento, apresentamos e analisamos dados gerados a partir das respostas dos coordenadores dos projetos.

Um elemento essencial à extensão é a efetivação de relações entre a universidade e a sociedade, o que pode ocorrer de forma mais pontual, fragmentária e descontinuada ou de maneira mais sistemática, orgânica e continuada.

Na UNILAB, 70,4% dos coordenadores de projetos de extensão apoiados com bolsas em 2021 indicaram não possuir articulações ou parcerias com agentes da sociedade civil, e 58% indicaram não possuir articulações ou parcerias com órgãos e gestores públicos. Portanto, somente 29,6% indicaram possuir parcerias e articulações com a sociedade civil, e 42%, com sociedade política.

O caráter sistemático, orgânico e continuado das relações entre universidade e sociedade

proporciona experiências mais densas e complexas, com implicações sociais, estéticas, educacionais e políticas mais efetivas, intensas e potentes. Porém, não é fácil transitar para essa dinâmica, que requer aprendizagens e decisões que institucionalizem parcerias e articulações. Nesse sentido, sente-se falta de políticas institucionais que fomentem e apoiem os projetos e grupos de extensão, arte e cultura na construção, na consolidação e no desenvolvimento de cooperações e vínculos com agentes da sociedade civil e política.

4 PROJETOS E OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 2015 foram aprovados, na Organização das Nações Unidas (ONU), por “chefes de Estado e de governo e altos representantes”, os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável globais”, compondo a Agenda do Desenvolvimento 2030, com 17 objetivos e suas respectivas metas, entendidos como universais, transformadores, abrangentes, de longo alcance e centrados nas pessoas. Entende-se que esses objetivos e metas “estimularão a ação para os próximos 15 anos em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta” (ONU, 2015, p. 1), sendo referenciais e vetores importantes, inclusive, para a atuação das instituições de educação superior.

A Tabela 5 apresenta as percepções dos coordenadores dos projetos quanto à vinculação desses projetos com os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável, considerando-se que poderia ser indicada a vinculação simultânea a mais de um objetivo.

Tabela 5 – Vinculação dos projetos a Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da ONU

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	FREQUÊNCIA
Saúde e bem-estar	40
Educação de qualidade	39
Redução das desigualdades	14
Igualdade de gênero	8
Consumo e produção responsáveis	7
Fome zero e agricultura sustentável	6
Trabalho decente e crescimento econômico	6
Cidades e comunidades sustentáveis	6

Ação contra a mudança global do clima	5
Eradicação da pobreza	4
Energia limpa e sustentável	4
Paz, justiça e instituições eficazes	4
Água potável e saneamento	3
Indústria, inovação e infraestrutura	3
Vida terrestre	3
Vida na água	1
Não se aplica	6

Fonte: Dados extraídos de UNILAB (2021a).

Ao serem perguntados a quais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) seus projetos se vinculavam, os coordenadores destacaram três: saúde e bem-estar, com 40 projetos; educação de qualidade, com 39 projetos; e redução das desigualdades, com 14 projetos.

Apesar dessa concentração em três objetivos, outros ODS foram indicados, revelando-se uma diversidade importante. Assim, todos os demais ODS tiveram pelo menos um projeto em execução, em alguns casos agregando entre três e oito projetos. Desse modo, evidencia-se uma conjunção entre concentração em três vetores e amplitude com uma boa diversidade. Também cabe destacar que seis coordenadores de projetos não se sentiram à vontade para indicar a vinculação a nenhum dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Nesse contexto, entendemos que a confluência dos projetos com os ODS precisaria ser valorizada e apoiada institucionalmente, junto à criação dos Programas Estratégicos de Extensão, podendo fomentar a agregação de ações, promover sinergias e gerar potencialidades de articulação com outros agentes, em várias escalas, inclusive nacional e internacional.

4.1 FORMAS DE AVALIAÇÃO E DE REGISTRO E DEMANDAS DOS PROJETOS

A Tabela 6 apresenta as formas de avaliação que os projetos efetivam, considerando-se que os coordenadores poderiam indicar a vinculação simultânea a mais de uma forma, um instrumento ou parâmetro de avaliação.

Essa percepção é importante se considerarmos a obrigatoriedade legal de a universidade instaurar, como parte do processo de curricularização da extensão, uma política de avaliação da extensão, até dezembro de 2022.

Tabela 6 – Formas, instrumentos e parâmetros de avaliação das atividades

FORMAS, INSTRUMENTOS E PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO	FREQUÊNCIA
Reuniões	71
Relatórios	51
Formulários	32
Exercícios	1
Participação quantitativa	1
Relatório de métricas das redes sociais	1
Atividades avaliativas ao final das atividades	1
Estatísticas fornecidas pelo <i>site</i> que agrega o <i>podcast</i>	1
Não possui	2

Fonte: Dados extraídos de UNILAB (2021a).

A principal forma de avaliação envolve reuniões, seguida por relatórios e formulários. Além dessas três formas, foram indicadas as seguintes: exercícios, atividades, métricas, estatísticas e quantitativo de participantes. Cabe apontar que dois coordenadores indicaram que não possuiriam formas de avaliação.

Os coordenadores também foram questionados sobre quais itens ou recursos são necessários para fortalecer as possibilidades de execução dos projetos. As respostas são apresentadas na Tabela 7.

Tabela 7 – Itens ou recursos para fortalecer os projetos

ITENS OU RECURSOS	FREQUÊNCIA
Recursos financeiros para aquisição de equipamentos	63
Acesso a veículos ou recursos financeiros para deslocamento	24
Espaços físicos	21
Outros	18
Não se aplica	11

Fonte: Dados extraídos de UNILAB (2021a).

Cabe destacar a informação de que as ações de extensão na UNILAB são apoiadas exclusivamente com recursos para bolsas para estudantes de graduação, através dos editais internos. Não há, portanto, recursos para capital e custeio. Nesse contexto, a principal demanda,

indicada por 63 dos 90 projetos, envolve recursos para aquisição de equipamentos, como *notebooks* e multifuncionais, seguida por acesso a veículos e/ou recursos para deslocamentos e por espaços físicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos e discutimos a distribuição das ações de extensão, por ano, área temática e unidade acadêmica na UNILAB; as relações dos projetos com a sociedade civil e política; as potenciais vinculações com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; as formas de avaliação e registro; e as demandas ou necessidades indicadas pelos coordenadores de projetos. Avaliamos que esses elementos evidenciam aspectos relevantes do perfil das ações de extensão na UNILAB.

Situamos essa análise em um campo da extensão no Brasil, com questões, vetores e tendências importantes para a UNILAB.

A extensão acadêmica vivencia um contexto ambíguo e desafiador, atualmente, no Brasil, considerando-se as restrições orçamentárias para a educação, a ciência e a tecnologia e a necessidade de consolidar uma política complexa como a curricularização da extensão em todas as instituições do país. Há riscos e dinâmicas de fragilização, mas também potencialidades para avançar no fortalecimento e no reposicionamento da extensão na educação superior e na sociedade de forma geral. Porém, o robustecimento ou o enfraquecimento da extensão dependerá, em cada instituição, e na UNILAB particularmente, da postura assumida pela gestão superior. No momento atual, são ainda mais decisivos a valorização acadêmica, o fortalecimento dos setores institucionais e dos segmentos técnico-administrativos e a constituição efetiva de uma política institucional de extensão. Caso contrário, essa tenderá a se fragilizar ainda mais nos próximos anos.

Também cabe considerar que a UNILAB é uma universidade implantada há pouco mais de dez anos, o que agrega muitos desafios à consolidação e ao desenvolvimento da extensão. Muito está por fazer, na estruturação e normatização institucional e na construção de práticas de planejamento e gestão e culturas institucionais democráticas e participativas, capazes de efetivamente valorizar a extensão, em indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Nesse sentido, cabe enfatizar a necessidade de fortalecer os setores, equipes e grupos que fazem a extensão na UNILAB. Ademais, é necessário executar uma política de educação para a extensão, envolvendo a comunidade acadêmica e a sociedade de forma geral, fortalecendo o

diálogo, a construção e a incorporação de motrizes epistemológicas, teóricas, metodológicas empíricas que fomentem o aprender, o ensinar e o fazer extensão. Esse processo deve ser situado nas referências globais já consolidadas no campo da extensão no país, e, mais do que isso, no diálogo permanente com questões centrais, tais como: quem faz extensão; como se faz extensão; e para quem e para que se faz extensão.

Cabe considerar que a extensão também produz, replica e difunde conhecimentos científicos, inovações e tecnologias socialmente relevantes, na confluência de uma diversidade de epistemologias, teorias, cosmologias, estéticas, éticas e experiências acadêmicas e não acadêmicas. Desse modo, fortalece a formação discente, considerando aspectos acadêmicos e profissionais. Além disso, a extensão aproxima instituições de educação superior à sociedade civil e política, potencialmente afetando a formação de decisões políticas, a alocação de recursos públicos e o desenvolvimento de sistemas e políticas públicas.

A análise aqui desenvolvida indica a redução do número de ações de extensão cadastradas na UNILAB, a partir de 2019, com distinções entre Ceará e Bahia. No Ceará tem ocorrido uma recuperação gradual nos anos mais recentes, o que não tem ocorrido na Bahia.

Identificamos a concentração das ações de extensão na modalidade projeto, cabendo-nos efetuar algumas reflexões quanto a isso. Inexiste um entendimento sobre a existência de cinco modalidades de ações extensionistas, considerando a relevância dessa diversidade, inclusive por seu potencial de fortalecimento mútuo e geração de sinergias. Nesse sentido, modalidades diferentes podem ser articuladas e conjugadas e, por suas características específicas, geram implicações, efeitos e resultados acadêmicos, profissionais e sociais diversos e complementares. Há, aqui, um trabalho educacional a ser feito, levando-se em conta o potencial fortalecimento institucional dessas múltiplas modalidades, de modo simultâneo e complementar, considerando-se suas características e seus efeitos.

Ademais, percebemos que uma parte dos cursos e oficinas, dos eventos e da prestação de serviços, vem sendo efetuada de modo integrado aos projetos, e, por isso, em variados casos, há uma subnotificação institucional dessas ações extensionistas. Há projetos, por exemplo, que anualmente realizam diversos cursos, oficinas e eventos, os quais não são, todavia, cadastrados individualmente. Além disso, cabe indicar que há dificuldades e desafios relacionados ao cadastramento das ações, considerando-se que ainda está em curso a consolidação do módulo de extensão do SIGAA, o sistema informatizado no qual deve ser efetuado cadastro das ações de extensão na UNILAB. Isso dificulta e gera, por vezes, sobretrabalho para as equipes extensionistas. Por fim, também se observa a necessidade de uma consolidação normativa — por exemplo, para a prestação de serviços — e de uma estruturação e um desenvolvimento

institucional dos setores que lidam com a extensão, a arte e a cultura na UNILAB, inclusive com a valorização das equipes. Considerando essas questões, entendemos que é importante que institucionalmente se valorize as diferentes modalidades de ações extensionistas na UNILAB, o que envolve, até mesmo, questões de registro da carga horária de trabalho dos servidores (estando-se em discussão e consolidação nesse momento uma resolução que regula a carga horária docente).

Convém salientar a concentração dos projetos de extensão em algumas unidades acadêmicas, as quais devem ser valorizadas e apoiadas institucionalmente. No entanto, ao mesmo tempo, é importante fomentar ações de extensão nos institutos com menor número de ações, considerando-se particularmente a fragilidade do ICESA, um instituto que não possuía projetos cadastrados nos editais PIBEAC e Temático COVID-19 em 2021.

A concentração dos projetos de extensão em três áreas temáticas revela *expertises*, vocações e potencialidades relevantes que precisam ser apoiadas e fortalecidas. Ao mesmo tempo, outras áreas precisam ser estimuladas, fomentadas e apoiadas, já que há ações, equipes e grupos que lidam com essas outras áreas temáticas. Um caminho interessante nesse sentido, que começou a ser discutido na Coordenação de Extensão e Assuntos Comunitários da PROEX em 2021, é a construção de Programas Estratégicos por áreas temáticas, gerando articulações e atuação conjunta envolvendo diferentes ações, grupos e equipes extensionistas, promovendo sinergias e confluências. Entretanto, mais do que isso, e como indicamos no decorrer deste trabalho, sente-se a ausência de políticas institucionais de extensão na Universidade.

Agradecemos à equipe da Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e registramos o apoio.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/12711.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 13005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação –

PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição n. 55, de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2016a. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Brasília: CNE, 2018a. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, DF: MEC, 2018b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13021-legislacao-basica-rede-federal>. Acesso em: 12 jan. 2023.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Regimento FORPROEX, aprovado em 26/11/2010.** Tamanduá: UFABC, 2010. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Regimento-Forproex-aprovado-26nov2010.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ (IFCE). **A presença do IFCE no Ceará.** Fortaleza: IFCE, 2022. Disponível em: <https://ifce.edu.br/aceso-rapido/campi>. Acesso em: 12 jan. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2002.

RENEX. **Sobre o FORPROEX e a RENEX,** 2016. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/forproex-e-renex>. Acesso em: 12 jan. 2023.

UNILAB. **Cartografia da Curricularização da Extensão da UNILAB.** Fortaleza: UNILAB; PROEX; CEAC, 2021b. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2022/01/6.CARTOGRAFIA-DA-CURRICULARIZACAO-DA-EXTENSAO-NA-UNILAB-compactado.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2024.

UNILAB. **Cartografia Temática da Extensão da UNILAB.** Fortaleza: UNILAB; PROEX; CEAC, 2021a.

UNILAB. **Relatório de acompanhamento de projetos de extensão 2021:** Editais PIBEAC 2021 e Temático COVID-19. Fortaleza: UNILAB; PROEX; CEAC, 2021. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2022/01/RELATORIO-PIBEAC-E-COVID-CEAC-PROEX-2022-revisado-final-2-1.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2024.

UNILAB. **Resolução CONSEPE/UNILAB nº 81, de 20 de abril de 2021.** Aprova a reedição, com alterações, da Resolução n. 8/2019/CONSEPE, de 18 de junho de 2019, que dispõe sobre

as normas das Atividades de Extensão Universitária e estabelece as diretrizes gerais que norteiam as Ações de Extensão da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Fortaleza: UNILAB, 2021b.

Disponível em: <https://proex.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2024/02/RESOLUCAO-CONSEPE-No-81-2021.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.